



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

3

SEXTA-FEIRA, 15 :: fevereiro :: 2013

Jornal do Dia

Opinião

Editorial

Para dar fim à precariedade

Em Aracaju, as chamadas feiras livres como que brotam ao acaso, ignoram as normas da Vigilância Sanitária e ainda contam com a cumplicidade da população, acostumada a fazer vistas grossas quando se trata de fazer valer os próprios direitos. Uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Sergipe, contudo, colocou o dedo na ferida e pretende acabar com a leviandade. De acordo com o promotor de Justiça responsável pela ação, o MP não pretende acabar com as feiras Livres. O que se pretende é a sua adequação, para que a população possa usufruir de um serviço de qualidade.

Depois do fechamento da feira do Orlando Dantas, mais três pontos estão na mira da promotoria. No entanto, a negligência dos feirantes ultrapassa o limite dos bairros Coroa do Meio, Grageru e Ponto Novo. Segundo estimativa do próprio MP, todas as feiras de Aracaju estão incapacitadas para funcionamento.

A informação é grave, mas não surpre-

ende. Ano passado, a precariedade do comércio realizado no Mercado Albano Franco foi alvo de uma série de matérias publicadas pelo JORNAL DO DIA. Apesar das denúncias, o quadro não foi alterado. Qualquer consumidor pode testemunhar a precariedade com que frutas, verduras e carnes

são comercializadas no espaço.

A situação fica ainda mais preocupante quando levamos em consideração a responsabilidade dos consumidores. Ao que parece, uma resistência cultural impede nossos cidadãos de verificar

Enquanto as pessoas considerarem normal comprar alimentos em condições inadequadas vai ser muito difícil, até mesmo para o poder público, por fim a tanta precariedade

as condições em que o produto adquirido nas feiras é exposto à venda. A legislação existe e estabelece parâmetros razoáveis para o comércio de hortifrutigranjeiros, mas para ser cumprida precisa de fiscalização rigorosa. O MP resolveu fazer a própria parte, mas enquanto as pessoas considerarem normal comprar alimentos em condições inadequadas vai ser muito difícil, até mesmo para o poder público, por fim a tanta precariedade.